

Uma biblioteca para Ribeira de Pena

Francisco Botelho *

RESUMO — Propõe a criação de uma biblioteca pública a partir da doação de um fundo erudito ao Concelho e chama a atenção para a necessidade de aquisição de obras actuais e de carácter popular.

ABSTRACT — Proposes the setting-up of a new public library after the donation of a scholarly collection of books to the Town Council. Attention is drawn to the need for an up-to-date and popular stock as well.

1. *CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A INSTALAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA MUNICIPAL EM RIBEIRA DE PENHA A PARTIR DO LEGADO DA CASA DE SANTA MARINHA*

No decorrer do presente século, duas pessoas ligadas a Ribeira de Pena por laços de tradição de família, dedicaram o melhor das suas vidas e das suas inteligências ao estudo e preservação da memória cultural do concelho e da região. Foram elas o dr. Francisco Canavarro de Valladares e o seu filho António Canavarro de Valladares, da Casa de Santa Marinha.

Ao primeiro se deve, essencialmente, a constituição da biblioteca que hoje se alberga no Solar de Santa Marinha e a pesquisa, recolha e estudo de um valioso arquivo documental respeitante não só ao concelho de Ribeira de Pena como também a toda a região de Basto, a Coimbra e à Figueira da Foz, e a diversas localidades espalhadas pela província de Trás-os-Montes.

Este acervo documental tornou-se tanto mais valioso quanto o facto de muitos dos elementos trasladados pelo dr. Francisco Canavarro de Valladares de arquivos paroquiais e municipais e de repartições judiciais terem sido mais tarde consumidos pelo fogo — caso

* Técnico auxiliar do Museu da Casa Nogueira da Silva (Universidade do Minho).

do arquivo da Câmara Municipal — ou terem levado o descaminho tão usual dos «papéis velhos». Assim, poder-se-á dizer que a história de Ribeira de Pena não pode ser feita de uma forma exaustiva sem os elementos contidos no arquivo constituído por aquele estudioso.

Genealogista conceituado, o dr. Francisco Canavarro de Valladares deixou inéditos diversos trabalhos genealógicos sobre famílias da região de Coimbra e da Figueira da Foz e de todo o norte do país, com incidência especial na região de Basto e em Ribeira de Pena. Esses trabalhos são de inestimável valor para os investigadores daquela matéria.

Seu filho, António Canavarro de Valladares, deu continuidade ao enriquecimento da biblioteca de sua Casa e desempenhou um importante papel na ordenação dos apontamentos e documentos legados por seu pai e na meritória tarefa de dar forma escrita a muita da memória que os papéis e o convívio de seu pai lhe transmitiram.

Encontra-se pois constituída na Casa de Santa Marinha uma valiosa biblioteca erudita e um importante acervo documental que constituem património único para Ribeira de Pena e para a região.

Demonstrando uma real percepção do valor patrimonial legado, a actual proprietária daquela Casa manifestou a disposição de o doar ao concelho, com vista à constituição de uma Biblioteca Municipal. Cremos que esta atitude tem um enorme significado e é merecedora do apreço não só dos munícipes como de todos quantos cuidam da preservação da nossa «herança cultural». E isto porque tal procedimento me parece contemplar os aspectos essenciais que envolvem a sua preservação — aos trabalhos dedicados de recolha e estudo desenvolvidos por seu sogro e marido permite acrescentar-lhe as condições necessárias para a sua generalizada utilização, impossível enquanto se mantivesse no domínio privado.

No entanto, este património legado para a constituição de uma Biblioteca Municipal, apesar de inegavelmente valioso, não preenche as necessidades de uma instituição deste tipo nem possível, por si só, o trabalho cultural indispensável. É certo que vai permitir a um interessado — embora sempre restrito — grupo de estudiosos a pesquisa de elementos para os seus trabalhos, mas dificilmente se poderá inserir no preenchimento das carências culturais das populações do concelho.

Daqui resulta que a criação de tal instituição leve, à partida, à definição de uma política de aquisição de espécies bibliográficas,

quer através de doações de instituições públicas ou privadas, quer através de compra directa. Dessa forma será possível constituir, paralelamente ao núcleo erudito legado, uma colecção de obras que permita apoiar o trabalho dos estabelecimentos de ensino do concelho e a leitura domiciliária aos seus habitantes.

Há ainda a considerar os problemas inerentes ao facto de a Biblioteca Municipal vir a ser instalada na Casa de Santa Marinha, pólo geograficamente descentrado do concelho. *A priori*, tal decisão seria de evitar. No entanto, devemos considerar que o concelho não possui um núcleo urbano propriamente dito e que a sua população se encontra espalhada por diversas povoações de acesso nem sempre fácil. Este dado implica que uma biblioteca pública, onde quer que seja instalada, só pode ter implantação municipal quando dispuser de um serviço itinerante que leve o livro a todo o território do concelho e dinamize *in loco* o interesse pela leitura. E para isso teriam de desempenhar papel importante acções coordenadas com as escolas primárias da região!

Num concelho onde as estruturas de dinamização e apoio cultural não existem, uma Biblioteca Municipal terá de desempenhar um alargado papel de acção cultural. Deste modo, independentemente da sua acção específica, deverá implementar acções culturais que viabilizem a reflexão sobre a vivência e os valores da comunidade, bem como a confrontem com as experiências e valores alheios.

Terão pois que caber à Biblioteca Municipal tarefas neste âmbito, tais como as de dinamização de ciclos de conferências, colóquios, organização de exposições, etc. Será também indispensável que dê início ao completo levantamento dos bens culturais do concelho.

De toda esta actividade, bem como dos trabalhos que tiverem por base os documentos do arquivo, dever-se-á dar conhecimento público através de um boletim, a editar regularmente.

2. ASPECTOS CONCRETOS RELACIONADOS COM A INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE RIBEIRA DE PENNA NA CASA DE SANTA MARINHA. TRABALHOS SUBSEQUENTES.

2.1. Espaço físico para funcionamento

Ao doar ao concelho a biblioteca e arquivo da Casa de Santa Marinha, a sua proprietária está na disposição de ceder, a título de

aluguer, uma dependência agrícola daquela casa onde, após a necessária adaptação, poderá vir a funcionar a Biblioteca Municipal.

A adaptação daquela dependência deverá ter em consideração, além do arquivo e utilização do seu espólio cultural, a constituição de um espaço polivalente que viabilize também a realização de reuniões ou de pequenas sessões de diapositivos ou conferências.

Assim, a dependência maior deverá ser dotada de estantes e do número de mesas individuais de leitura que o espaço comporte. Tais mesas devem dar a possibilidade de ser dispostas por forma a constituírem uma mesa de reuniões e, quando removidas, deixarem um espaço livre que possibilite a colocação de cadeiras para conferências ou projecção de diapositivos.

A outra dependência deverá ser utilizada essencialmente para o acondicionamento do arquivo e das espécies mais valiosas.

2.2. Pessoal técnico.

O desenvolvimento do projecto de instalação da Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena implica, à partida, a constituição de uma equipa técnica mínima com características que permitam não só a sua instalação e posterior funcionamento como também acções de desenvolvimento cultural.

Tal quadro implicaria a existência de um técnico que defina, oriente e coordene aquelas tarefas e possua conhecimentos ao nível do tratamento da documentação e uma boa experiência ao nível das acções de dinamização cultural.

Para a execução das tarefas de catalogação e arquivo e igualmente para a assistência aos leitores nos períodos de abertura da biblioteca, será indispensável um funcionário com habilitações suficientes e que possua, ou a quem possam ser ministrados, conhecimentos técnicos sobre aquelas matérias.

Parece-me igualmente indispensável a existência de um outro funcionário que assegure as tarefas de limpeza e de expediente.

As actividades que a Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena possa vir a desenvolver bem como as solicitações que daí advenham, irão fornecer elementos mais concretos para a definição deste quadro. Parece-me, porém, que este é à partida o quadro mínimo indispensável para a instalação e funcionamento da Biblioteca.

Nota: Para o apoio às tarefas técnicas e para a formação do pessoal que integrará o quadro deverá estabelecer-se o contacto com a Biblioteca Pública de Braga.

2.3 Organigrama dos trabalhos a desenvolver.

Assim, e esquematizando, poderíamos estabelecer como linhas de orientação para instalar a Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena, as seguintes:

a. Realização do projecto de adaptação das instalações existentes com vista ao funcionamento de uma biblioteca, tendo em consideração:

— dotação de uma sala para leitura, comportando também o acondicionamento de livros, que possa eventualmente desempenhar funções de sala de reuniões ou mini-sala de conferências;

— dotação de uma sala para arquivo de livros e documentos;

— dotação de instalações sanitárias.

b. Contratação do quadro mínimo que permita a instalação e funcionamento da Biblioteca, composto por:

— técnico que defina, oriente e coordene todas as tarefas respeitantes à instalação, funcionamento e posterior desenvolvimento cultural da Biblioteca Municipal;

— técnico que realize as tarefas de catalogação, arquivo e secretariado da Biblioteca e venha a assegurar a assistência à sala de leitura;

— servente de limpeza que desempenhe, além dessas tarefas, as de expediente.

c. Catalogação das espécies legadas para a Biblioteca Municipal e seu posterior acondicionamento.

Para esta tarefa, e dado o número de espécies a catalogar, não será suficiente o trabalho dos técnicos acima referidos, pelo que se poderá recorrer à contratação de tarefeiros enquanto tal se justificar.

d. Desencadeamento dos processos tendentes ao enriquecimento do espólio da Biblioteca Municipal através, entre outras, das seguintes acções:

— incentivo à doação ou depósito de livros e documentos por parte de particulares; refira-se o facto de existirem em algumas casas do concelho valiosos documentos relacionados com o seu historial;

— pedido a instituições públicas e privadas para a doação de livros, nomeadamente ao Instituto Português do Livro e à Fundação Calouste Gulbenkian;

— dotação, por parte da Câmara Municipal, de uma verba anual para aquisição de livros;

— contacto com a Fundação Calouste Gulbenkian com vista à dotação de uma Biblioteca Itinerante daquela Fundação ou, de qualquer outra forma, viabilizar a itinerância da Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena através da dotação de uma viatura que se adapte a tais fins.

e. Preparação de acções de extensão cultural a partir da Biblioteca Municipal, das quais se afiguram prioritárias:

— levantamento cultural do concelho;

— classificação dos imóveis concelhios de interesse público;

— realização de exposições documentais sobre: Camilo e Ribeira de Pena; Límões (arquitectura e artesanato);

— criação de um Boletim da Biblioteca onde se tornem públicos os documentos e os trabalhos com ela relacionados.

3. *UMA BIBLIOTECA MUNICIPAL COMO POLO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL.*

Como já foi dito anteriormente caberá à Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena um importante papel de dinamização cultural em articulação com as entidades concelhias, nomeadamente os estabelecimentos de ensino. O leque de actuações possíveis é infundável e dependerá apenas da imaginação e iniciativa dos interlocutores culturais do concelho. À partida, por exemplo, parece-me que um programa de dinamização da leitura conduzido através das escolas primárias do concelho; um programa de levantamento cultural que envolva escolas, juntas de freguesias e associações; um apoio às escolas preparatórias e secundárias, possibilitando a realização de trabalhos de pesquisa, visitas guiadas e organização de exposições são iniciativas de fácil implementação.

Tudo isto depende, não será demais repetir, da participação activa e interessada de todos os interlocutores culturais, da população afinal. A preocupação de obter esta articulação entre a Biblioteca Municipal e as carências culturais do concelho, bem como as aspirações da sua população será, sem dúvida, a grande aposta e a valorização de um projecto deste tipo.

Dentro desta linha de actuação, logo que se concretize a doação do espólio da biblioteca da Casa de Santa Marinha ao Município com a consequente criação de uma Biblioteca Municipal,

deverá ser incentivado um amplo programa de esclarecimento sobre as suas intenções e projectos que incluirá reuniões com os organismos autárquicos, escolas preparatórias e secundária, escolas primárias e associações concelhias e que servirá igualmente como primeiro inventário das carências sentidas nesse domínio.

NOTA: Posteriormente à elaboração deste documento foi aprovada em reunião da Assembleia Municipal a criação da Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena a partir do núcleo doado pela Casa de Santa Marinha. Na mesma reunião se aprovaram as medidas preconizadas — nomeadamente o quadro de pessoal — e se manifestou a intenção de ver prosseguidos os propósitos de animação cultural nele adiantados.

Porém, à altura em que redigimos esta nota, está ainda por elaborar o documento legal que oficializará a doação e por formar a Comissão Instaladora da Biblioteca Municipal de Ribeira de Pena, órgão em que estarão representados a Câmara Municipal, a família doadora e os organismos sociais e culturais do Concelho, e que terá por fim levar a cabo a instalação física da nova Biblioteca e dinamizar o Concelho para este novo projecto cultural.